



Escola Sem Partido ou Escola Com Mordança: uma análise de discurso sobre os debates on-line na página do Senado Federal no Facebook

Michel Carvalho da Silva¹

Karen Christina Dias da Fonseca Cilla²

Paulo Roberto Elias de Souza³

RESUMO

O objetivo desse trabalho é analisar os padrões discursivos favoráveis e contrários ao projeto “Escola sem partido”, a partir da postagem do Senado Federal no Facebook que divulga a realização de uma audiência pública sobre a proposta, também conhecida como “Lei da Mordança”. O Projeto de Lei nº 193/2016 tem como objetivo estabelecer restrições a possíveis “doutrinações ideológicas” passíveis de penalização a quem as desrespeitarem. Tal projeto suscitou intenso debate na mídia, principalmente nos sites de rede social. Através da metodologia de análise de discurso da escola francesa, foi realizada a análise da postagem de convocação para a audiência pública e os comentários nela inseridos para identificar quais são os argumentos a favor e contra o projeto de lei e os interesses defendidos pelas posições antagônicas. Os resultados indicam que a chamada no Facebook resume a lei ao direito de professores darem ou não opinião política em sala de aula. Os debates on-line forjados nesse espaço público virtual mostram como os discursos favoráveis ao mencionado projeto se caracterizam como oposição a um discurso “doutrinador”, enquanto que os contrários à lei, chamam a atenção para uma tentativa de censura.

Palavras-chave: Análise de Discurso, Escola Sem Partido, Debates On-line, Senado Federal.

Introdução

Se em 2014, as discussões no campo da educação giravam em torno da aprovação do Plano Nacional da Educação (PNE) e na proposta de destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a pasta, hoje os debates se concentram em pautas conservadoras e neoliberais, como o fim do ensino superior gratuito, a

¹Jornalista, Mestre em Ciências da Comunicação (USP) e Doutorando em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC. Email: michel.carvalho@ufabc.edu.br.

²Doutoranda em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC. Bolsista Capes. Email: karencilla@gmail.com.

³Doutorando em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC. Bolsista Capes. Email: paulorbertosouza@ymail.com.



extinção de algumas disciplinas no ensino médio e em propostas que questionam o papel do professor em sala de aula, como o projeto Escola Sem Partido (ESP), que vem conquistando grande visibilidade no debate público nos últimos tempos.

Em 26 de abril deste ano, a maioria dos deputados estaduais de Alagoas derrubou o veto governamental ao Projeto de Lei (PL) Escola Livre, que veda a prática de doutrinação política e ideológica em sala de aula, bem como a veiculação, em disciplina obrigatória, de conteúdos que possam induzir aos alunos a um único pensamento religioso, político ou ideológico no âmbito das escolas públicas estaduais. O PL alagoano comunga dos pressupostos da ESP, movimento criado em 2004 e coordenado pelo advogado Miguel Nagib.

No site da ESP⁴, a organização se apresenta como uma “iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras”. Ainda segundo o texto de apresentação, “a pretexto de transmitir aos alunos uma visão crítica da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo”. A ESP, inspirada na organização norte-americana “NoIndoctrination”, se apresenta como uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária.

Fora Alagoas, existem três PLs na Câmara dos Deputados, um no Senado Federal e outros sete em quatro estados (SP, RJ, GO e RS) e no Distrito Federal que buscam nova regulamentação da atuação dos professores dentro de sala de aula. Neste artigo, nos voltaremos de modo específico ao PLS 193/2016, de autoria do senador Magno Malta (PR-ES), que propõe incluir o “Programa Escola sem Partido” entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. A proposta é duramente criticada por setores do campo da educação, que o acusam de censura, ao ferir a liberdade de cátedra dos professores e de querer limitar o debate crítico em sala de aula.

O portal e-Cidadania, do Senado Federal, abriu consulta pública⁵ sobre o ESP, sendo que, até o momento, foram mais de 380 mil votos, com uma ligeira

⁴ Disponível em <http://www.escolasempartido.org/quem-somos>. Acesso em 30/09/16.

⁵ Disponível em <http://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=125666>. Acesso em 13/10/16.

vantagem aos contrários ao PLS 193/2016. Na página da enquete, existe um vídeo, com cinco minutos e nove segundos de duração, em que o senador Magno Malta explica o projeto e convoca a população a votar pela aprovação do ESP. Por outro lado, várias entidades ligadas à educação criaram campanhas pelo Facebook para mobilizar os cidadãos a votar pela rejeição ao projeto.

Em 6 de julho deste ano, a página do Senado Federal no site de rede social Facebook publicou uma postagem⁶ informando que, a pedido do senador Cristovam Buarque (PPS-DF), a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado realizaria uma audiência pública no dia 7 de julho, às 10h30, para discutir o PLS 193/2016. A publicação (fig. 1) foi corrigida ainda no mesmo dia por conta do cancelamento da audiência. No entanto, em poucos minutos, o debate on-line acerca do ESP já estava sendo travado por diferentes cidadãos, a partir da pergunta: “Professores podem dar opinião sobre política na sala de aula?”.

A recente popularização das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) aumentou as possibilidades de transparência na divulgação de informações públicas, além de ampliar as formas de controle dos agentes de governo, criando, desse modo, expectativas acerca da expansão da participação política dos cidadãos. A chamada democracia digital surge, então, como uma forma de superar as deficiências do estágio atual da democracia representativa, que se limita a eleger representantes e autorizá-los a produzir decisões políticas. Nesse sentido, o Facebook deve ser entendido no âmbito da democracia digital como um tipo de espaço público virtual, em que conversações civis sobre assuntos de interesse da coletividade são estabelecidas.

Neste trabalho pretendemos analisar os discursos favoráveis e contrários à ESP, tendo como aporte analítico os postulados da Análise do Discurso (AD), de linha francesa. O artigo será organizado em três partes. Primeiramente, refletiremos brevemente acerca da democracia digital e suas possibilidades de incremento à participação cidadã. Logo em seguida, refletiremos sobre o funcionamento da AD como metodologia para descrição de discursos e, conseqüentemente, de visões de mundo. E, por fim, apresentamos as categorias discursivas contrárias e favoráveis ao projeto ESP.

⁶ Disponível em <https://www.facebook.com/SenadoFederal/posts/1386973217985196:0> Acesso em 07/10/16.



Fig. 1. Postagem do Senado Federal sobre a audiência pública que discutiria o projeto Escola Sem Partido

Democracia Digital e Debates On-line

A midiatização (HJARVARD, 2012) é um fenômeno que reconfigura a vida social, cultural e política, com reflexos nos comportamentos, nos hábitos de consumo e também no exercício democrático. Não há um consenso sobre a definição de democracia digital, visto que as discussões muitas vezes se

concentram na questão pragmática e tecnológica, ficando a reflexão filosófica em segundo plano. Nem mesmo o conceito é unanimidade no meio acadêmico. Há autores que se referem ao mesmo fenômeno como “e-democracia”, “democracia virtual”, “democracia eletrônica”, “teledemocracia”, “ciberdemocracia”, entre outras denominações.

Wilson Gomes entende democracia digital como um expediente semântico utilizado para referir-se “à experiência da internet e de dispositivos que lhe são compatíveis, todos eles voltados para o incremento das potencialidades de participação civil na condução dos negócios públicos” (2005, p. 217). Já José Eisenberg (2013) comenta que a internet vem auxiliando na transformação da democracia participativa por meio da redução do custo da ação coletiva, ao dispor informações e materiais de divulgação de ideias; da redução do custo de participação dos agentes individuais; da formação de novas identidades coletivas mediante espaços temáticos; da horizontalidade da comunicação; e da possibilidade de os movimentos sociais avaliarem a repercussão das atividades políticas.

A ideia tradicional de esfera pública, concebida por Jürgen Habermas, é atualizada por Peter Dahlgren (2011), que a compreende como multiplicidade de espaços comunicativos na sociedade que possibilita a disseminação de informações, debates e a formação da opinião pública. O autor enxerga que essa nova esfera pública possui múltiplas dimensões, permitindo a conexão entre os cidadãos e a esfera política, além da manifestação de diferentes pontos de vista.

Ao tornar disponíveis grandes quantidades de informação, ao promover a descentralização e a diversidade, ao facilitar a interactividade e, ao mesmo tempo e não menos importante, ao fornecer um espaço comunicacional aparentemente ilimitado para quem quer que seja, a Internet redefiniu as premissas e o carácter do envolvimento político (DAHLGREN, 2011, p. 12).

Uma preocupação constante quando pensamos em democracia digital é considerar a ideia de internet como um novo tipo de esfera pública. Alguns teóricos chamam a atenção para os seguintes problemas: a exclusão digital, que inviabiliza a participação de todos os interessados; a ausência de reflexividade, em que os debates são dominados pelo senso comum e por informações imprecisas; e a pouca civilidade, em que as pessoas se preocupam mais em ofender aos demais



participantes dos fóruns de discussão do que questionar seus argumentos, isso ocorre principalmente quando o usuário estiver protegido pelo anonimato.

No entanto, mesmo com todas suas limitações, é inegável que a internet como espaço público virtual tenha aberto caminho para a exposição de ideias e a formação de arenas conversacionais. Um exemplo desse fenômeno é o Facebook, com mais de 1,5 bilhão de usuários no mundo, é o mais popular site de rede social (SRS)⁷. As diferentes instâncias do Estado, nos últimos anos, estão adotando a criação de perfis e páginas nesse SRS como estratégia de comunicação institucional, com o objetivo de ampliar o acesso a informações públicas e garantir o monitoramento das ações governamentais (accountability) por parte da população.

A página do Senado Federal no Facebook foi criada durante a 53ª legislatura em 2010, sob a presidência do senador José Sarney (PMDB-AP). Nesse espaço é publicado quase exclusivamente conteúdo produzido pela equipe da Secretaria de Comunicação (Secom) e relativo ao cotidiano legislativo, como reuniões das diferentes comissões, audiências públicas e demais eventos. A página ainda publica posts sobre direitos e deveres (legislação vigente), além de divulgar serviços prestados pelo Senado (e-Cidadania, ouvidoria, biblioteca digital, cursos online) ou conteúdos relacionados ao serviço público de outras instituições (Ministério da Saúde, por exemplo).

Até o final de setembro deste ano, a página do Senado apresentava mais de um milhão e novecentos mil curtidores no Facebook. Entre janeiro e dezembro de 2015, a página do Senado teve um crescimento de mais de 214,8% no número de seguidores, saltando de 277 mil para 872 mil. De acordo com o site Quintly⁸, a referida plataforma legislativa alcançou o primeiro lugar entre as instituições do governo em algumas ocasiões no ano passado, superando até perfis de relevância global como a NASA e a Casa Branca. Esse ranking, que se altera constantemente,

⁷ Recuero (2009), recorre a Boyd&Ellison (2007), para definir os sites de redes sociais como aqueles sistemas que permitem I) a construção de uma persona através de um perfil ou página pessoal; II) a interação através de comentários; e III) a exposição pública da rede social de cada ator. Em resumo, as RSI são redes especialmente criadas para a sociabilidade e são caracterizadas por vínculos fluídos, flexíveis, e pelas múltiplas dinâmicas dessas relações.

⁸ Disponível em <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/08/28/pagina-do-senado-no-facebook-alcanca-o-primeiro-lugar-do-mundo-entre-orgaos-de-governo>. Acesso em 14/10/16.



leva em conta a quantidade de pessoas interagindo com as publicações, o que é aferido pelo número de compartilhamentos, curtidas e comentários.

A página do Senado no Facebook adota uma política de uso para seus usuários. Conforme esse instrumento, os comentários que forem considerados inapropriados ou ofensivos poderão ser removidos e, em caso de reincidência, a conta de quem os postar poderá ser bloqueada para comentários. Ainda sobre a política de uso, autores de mensagens difamatórias ou que, de qualquer forma, violem direitos de terceiros, poderão ser retirado e encaminhado à Polícia do Senado para investigação. Vale ressaltar que a página também aplica filtros contra a ocorrência de palavrões e links externos. Mesmo com essa política de uso, esse espaço público virtual costuma reproduzir o ambiente polarizado da atual política brasileira, com manifestações agressivas de ambos os lados.

Os debates on-line travados na página do Senado Federal no Facebook não têm caráter deliberativo, cumprindo, a princípio, somente o papel de divulgação e de espaço para a manifestação de opiniões. Apesar de a participação nesses espaços públicos virtuais não possuir nenhum efeito direto dentro dos mecanismos de governo, as conversações civis acerca de temas polêmicos, como o projeto ESP, sinalizam se existe ou não uma mentalidade social favorável à determinada política pública.

A Análise do Discurso como Suporte Teórico-Metodológico

Em fins da década de 1960, vivia-se uma época de efervescência política que influenciou as atividades acadêmicas e as práticas disciplinares na França. Neste momento surge a AD, contestando o excessivo formalismo linguístico do paradigma vigente colocado pelo Estruturalismo Linguístico e trazendo a tona a relação da língua com a historicidade.

A análise de discurso de linha francesa tem como um de seus principais autores o filósofo francês Michel Pêcheux. De acordo com autor (2009), é a ideologia que fornece as evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’, e que mascara, dessa forma, sob a

‘transparência da linguagem’, aquilo que chamamos de caráter material do sentido das palavras e dos enunciados.

Segundo Pêcheux, as palavras e expressões mudam de sentido de acordo com as posições sustentadas por aqueles que as empregam, “o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem” (PÊCHEUX, 2009, p. 146-147).

O dizer do sujeito está carregado de subjetividade, contudo ele não lhe pertence totalmente, não lhe é próprio. O dizer pertence a uma formação discursiva que faz parte de uma formação ideológica. Esta formação ideológica está ligada a posições de classes que estão em constante enfrentamento, o que possibilita que as formações discursivas sejam muitas vezes opostas e antagônicas entre si.

Sendo assim, esta teoria do discurso foi construída para lidar com um sujeito que fala, que não é totalmente livre ou totalmente assujeitado, determinado. Este sujeito assume diferentes posições, produz discursos carregados de gestos de interpretação e de sentidos, que por sua vez se ligam e estão relacionadas a formações discursivas e ideológicas, que o afetam e são afetadas por ele.

O legado de Pêcheux ganhou aqui desdobramentos e deslocamentos, em especial pelos trabalhos de Eni Orlandi. Considerada a pioneira em Análise do Discurso no Brasil, Orlandi contribuiu para manter o prestígio da matriz francesa da AD em nosso país e lançar as bases de uma Escola Brasileira de Análise do Discurso.

Segundo Orlandi, os sentidos das palavras só existem em relação à história, à exterioridade, eles não existem *a priori* na língua. Desta forma, as palavras não tem um sentido único, próprio ou literal, o que atribui sentido é a interpretação,

Não há sentido sem interpretação e, além disso, diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar: o que isto quer dizer? Nesse movimento da interpretação o sentido aparece-nos como evidência, como se ele já estivesse sempre lá. (ORLANDI, 2010, p.45 e 46)

Nesta citação Orlandi nos atenta para o fato de que o sentido não está lá evidente, pronto para ser explicitado pela interpretação. Não há um sentido em si, mas sim uma multiplicidade de sentidos possível (ORLANDI, 2009, p.194). Se os



sentidos só emergem com a interpretação e não há um único sentido ou uma única possibilidade de interpretação, os sentidos estão sempre em processo de constituição.

Decorre daí que a interpretação não é capaz de exaurir as possibilidades de análise de um discurso lhe atribuindo um sentido absoluto, como coloca Orlandi,

[...] A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. (ORLANDI, 2010, p.26)

Neste trecho a autora propõe que o analista lance mão de um dispositivo teórico que intervenha na sua interpretação. A AD, com seu método e alcance teórico, pode ser este dispositivo.

Porém, ter apenas um dispositivo teórico não é o suficiente, é preciso um dispositivo analítico. O analista irá construir seu dispositivo analítico particularizado, partindo do dispositivo teórico da AD, mas em relação aos seus objetivos. A partir daí se pode converter os dados empíricos em objetos teóricos. Esta é uma etapa essencial do trabalho do analista de discurso segundo Orlandi,

O objeto discursivo não é dado, ele supõe um trabalho do analista e para se chegar a ele é preciso, numa primeira etapa de análise, converter a superfície linguística (o corpus bruto), o dado empírico, de um discurso concreto, em um objeto teórico, isto é, um objeto linguisticamente des-superficializado, produzido por uma primeira abordagem analítica que trata criticamente a impressão de “realidade” do pensamento, ilusão que sobrepõe palavras, ideias e coisas. (ORLANDI, 2010, p.66)

Orlandi nos propõe que ultrapassemos a superficialidade empírica desses dados, através de um olhar crítico e analítico que produza um objeto teórico. Isto porque a AD tem o objetivo de compreender como um discurso produz sentidos, e a transformação de objeto empírico em objeto teórico (discursivo) é o primeiro passo para esta compreensão (ORLANDI, 2010, p. 66).

Assim, segundo Orlandi, as interpretações não serão naturais, transparentes, dadas, pois para se efetuarem dependem de um artefato teórico mobilizado pelo analista. Cada analista irá construir a interpretação à sua própria maneira,

produzindo uma leitura particular do objeto, que será apenas uma dentre as tantas possíveis.

Se o discurso produz sentidos através de interpretações, podemos através da análise encontrar pistas do modo de produção desses sentidos nos gestos de interpretação presentes no discurso. A este respeito Orlandi escreve: “De seu lado, o analista encontra, no texto, as pistas dos gestos de interpretação, que se tecem na historicidade”. (2010, p. 68). É através do texto que o discurso se inscreve na História, expõe seus gestos de interpretação e fica exposto aos gestos de interpretação dos seus leitores.

O texto é uma unidade empírica, e enquanto objeto empírico ele pode ser um produto com começo, meio e fim. No entanto, ao ser convertido em objeto teórico o texto é incompleto, pois a AD lhe devolve sua incompletude, isto é, “a análise de discurso reinstala, no domínio dos limites do texto, enquanto objeto empírico, as suas condições de produção”. (ORLANDI, 2009, p. 181)

Orlandi aponta que o texto é incompleto, pois está sujeito às condições de sua produção, que envolvem situação (contexto imediato da enunciação), contexto histórico-social (contexto da situação geral, portanto mais amplo) e interlocutores (autor e leitores, possibilidades de interpretação). Por uma questão de objetividade e praticidade na interpretação, podemos privilegiar uma dessas dimensões, como propõe Orlandi,

Em relação as condições de produção – situação, contexto histórico-social, interlocutores – podemos privilegiar, por uma questão prática de trabalho, um de seus aspectos. É o que faremos e, nisto que constituirá nosso recorte, procuraremos refletir sobre a relação entre interlocutores como um dos fatores que constituem o processo de leitura. Assim, podemos observar a instanciação da linguagem, examinando a relação que se faz entre quem escreve (o autor) e quem lê (o leitor). (ORLANDI, 2009, p.181)

Quando a análise privilegia a relação entre interlocutores, como acima citado, necessariamente teremos que refletir sobre o processo de leitura. O processo de significação se desencadeia no momento da leitura, quando os interlocutores (autor e leitor) se identificam e se constituem como tais.

Apesar do momento de produção de um discurso ser distinto do momento da leitura deste, o leitor já está inscrito no ato da escrita e, ao ler, o leitor interage com o



autor. O texto é o lugar onde se processa essa interação entre autor e leitor, falante e ouvinte.

Categorias discursivas do debate sobre o ESP

No presente trabalho privilegiamos o momento da relação entre os interlocutores, isso justifica a escolha da publicação que divulga a audiência pública para discussão do ESP como fonte para a coleta desses discursos, pois ali está empiricamente demonstrado, através dos textos dos comentários, esta interação entre autor e leitor, os gestos de interpretação que surgiram dessa relação e os sentidos que eles veicularam nos seus discursos acerca do projeto ESP.

Para efeito de análise, selecionamos somente os comentários que geraram respostas (replies). Esse critério tem a ver com o objetivo do artigo em se debruçar sobre os debates on-line. As mensagens que apenas dialogavam com a postagem produzida pela página do Senado não podem ser consideradas como conversações civis dentro dessa lógica do debate on-line.

Buscamos nos comentários selecionados os gestos de interpretação que foram convertidos em dados teóricos da nossa análise. Para tanto, tratamo-los teoricamente propondo categorias que os abarcassem e nos auxiliassem na compreensão destes diferentes sentidos presentes no debate.

A coleta dos comentários na página do Senado Federal nos deixou em mãos um número considerável de dados empíricos que precisavam ser convertidos em objetos teóricos, para que, então, a análise pudesse ser realizada.

Para tanto, categorizamos os discursos coletados a partir da identificação de trechos, frases ou palavras que constituíssem gestos de interpretação. Embora cada gesto de interpretação seja único, foi possível identificar algumas similaridades entre eles, deste modo, propomos categorias que agrupassem esses gestos de interpretação semelhantes entre si.

Após o estabelecimento de categorias, as distribuímos por dois eixos temáticos: categorias a favor do ESP e categorias contra o ESP. Dentre as categorias a favor do ESP, algumas apontam diretamente para a conduta dos professores, enquanto outras são mais generalistas, abarcando a educação de

modo geral. Assim, subdividimos as categorias a favor do ESP em Professores e Educação.

A seguir, na tabela 1, apresentamos as vinte categorias discursivas a favor do projeto ESP, com suas respectivas subdivisões.

Tabela 1 – Categorias discursivas a favor do ESP

Professores	
1.	Os professores de ciências humanas são esquerdistas e marxistas.
2.	Os professores não ensinam o que devem e apresentam ideologias como verdades absolutas.
3.	Os professores têm liberdade de cátedra e não de expressão.
4.	Os professores fazem doutrinação esquerdista de indefesos.
5.	Os professores tem que se concentrar em ensinar os conteúdos e não em política.
6.	Os professores tem que ser imparciais e profissionais, sem expor opiniões.
7.	Os professores atuam como cabos eleitorais formando militantes para a esquerda.
8.	Os professores não apresentam os dois lados das questões.
9.	Os professores impõem seu ponto de vista político e distorcem fatos históricos.
10.	Os professores tem uma importância estratégica na formação de militantes e eleitores esquerdistas.
11.	Os professores perseguem quem não concorda com suas opiniões.
12.	Os professores devem ser processados por ensinarem socialismo e comunismo como verdades.
Educação	
13.	Tornar opinião conhecimento é doutrinar.
14.	Valores contrários aos meus não podem ser ensinados.
15.	Os alunos são influenciáveis e não devem ser massa de manobra.
16.	As escolas precisam criar seres pensantes e não repetidores.
17.	Não é na escola que se cria cidadãos, mas em casa.
18.	Escola não deve ser palanque ou lugar para aprender opinião política.
19.	Política é posição pessoal que não deve ser influenciadas por autoridades.
20.	Impor ideologia política e social a crianças deveria ser crime.

Essa forma de categorizar os gestos de interpretação permite evidenciar o predomínio de certos elementos que compõem os discursos coletados. Por exemplo, a categoria 7: Os professores atuam como cabos eleitorais formando militantes para a esquerda, abarcou comentários que traziam gestos de interpretação semelhantes no seu discurso a favor do projeto ESP, com elementos como projeto da esquerda, parcialidade política, atuação de cabo eleitoral e recrutamento de militantes, como se segue:

“[...] a maioria dos professores são doutrinados ao marxismo. Aposto que isto é projeto da esquerda”

“Não só pode como deveria, com a devida imparcialidade política. Não como fazem hoje, atuando como cabos eleitorais.”

“E é esse o medo desse pessoal, perderem os militantes jovens que são sempre manipulados por eles desde pequenos.”

“O que vemos são professores e sindicatos transformando os alunos em militantes...”

“O que querem não é discutir política e sim recrutar militantes futuros a partir de pessoas que acreditem nas ladainhas que falam.”

Tais elementos presentes nesses gestos de interpretação, por semelhança, foram agrupados na mesma categoria. O mesmo processo se repetiu na formulação das outras categorias.

Ao analisarmos as categorias a favor do projeto, observamos que são comuns normatizações acerca de como os professores devem realizar seu trabalho, julgamentos de suas condutas e colocações taxativas a respeito do que deve ser a educação, o currículo e o espaço escolar.

Não há preocupação em embasar ou comprovar o que se argumenta, por exemplo, as categorias 1, 2, 4, 7, 8, 9, 10 e 11 tecem diagnósticos sobre como é o trabalho dos professores em sala de aula, no entanto, não há nenhum estudo ou evidência empírica que os corroborem. Ademais, os gestos de interpretação são generalistas, como se todos os professores agissem do mesmo modo.

Outra característica dos gestos de interpretação a favor do ESP é o desacordo com a legislação educacional brasileira, como observamos nas categorias 5 e 17. Ao afirmarem que “*Os professores tem que se concentrar em ensinar os conteúdos e não em política*” e que “*Não é na escola que se cria cidadãos, mas em casa*” há um evidente desacordo com o que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB (BRASIL, 1996), já no artigo 2º:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996)

Segundo esta Lei, o preparo e o exercício da cidadania são finalidades da educação, que competem à família e também ao Estado. Ainda na LDB (BRASIL,



1996), no artigo 32º que versa sobre os objetivos do Ensino Fundamental, está colocado com um dos objetivos desta modalidade de ensino,

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das Artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade. (BRASIL, 1996, art. 32º)

Assim, a compreensão do sistema político é um dos objetivos que pautam esta modalidade de ensino. O mesmo se observa nos Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCN (BRASIL, 1997) que concebe a educação escolar,

como uma prática que tem a possibilidade de criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e de participação em relações sociais, políticas e culturais diversificadas e cada vez mais amplas, condições estas fundamentais para o exercício da cidadania na construção de uma sociedade democrática e não excludente (BRASIL, 1997, p. 33).

Deste modo, afirmar que o ensino de política e cidadania não compete ao professor ou aos sistemas de ensino está em desacordo com a legislação e os princípios básicos que regem a educação em nosso país.

Abaixo, na tabela 2, apresentamos as categorias discursivas contra o projeto ESP, tal como se segue:

Tabela 2 – Categorias discursivas contra o ESP

Professores
1. Dar opinião sobre determinado assunto e doutrinar um aluno são coisas distintas.
2. Os alunos são permeados por diferentes agentes de socialização (escola, família, rede de amigos, igreja, internet, entre outros).
3. Professores que atuam como doutrinadores são questionados e rechaçados pelos próprios alunos.
4. Qualquer restrição à liberdade de cátedra do professor é um atentado contra o Estado Democrático de Direito.
5. O projeto ESP considera os alunos como figuras passivas, sem nenhuma autonomia.
6. É impossível ensinar sem se manifestar criticamente sobre determinados temas.
7. Os defensores do ESP estigmatizam os professores ao chamá-los de esquerdistas e comunistas.



8. Os professores devem manifestar sua opinião em sala de aula, mas com a devida isenção partidária.
9. Enquanto se discute doutrinação ideológica, ignora-se os problemas sobre as condições de trabalho dos professores.
10. O professor é o profissional mais capacitado para promover debates críticos com os alunos.
11. Proibir a manifestação dos professores em sala de aula é uma prática que remonta os tempos da ditadura militar.
12. Casos isolados de doutrinação escolar não podem ser utilizados para generalizar o profissional docente.

Educação

13. A política está em todos os ambientes, inclusive, nos espaços de ensino.
14. A ideia de doutrinação ideológica nas escolas é baseada em argumentos do senso comum, que carecem de fundamentação científica.
15. Não existe neutralidade na educação.
16. A escola deve ser um espaço plural em que se discute diferentes temas, abordando os vários pontos de vista acerca deles.
17. Toda manifestação de pensamento é de ordem ideológica.
18. A manifestação política é um direito protegido pela Constituição Federal.
19. Os pais não podem definir o que será ministrado aos seus filhos nas escolas.
20. Toda interpretação histórica e literária é feita a partir de uma opção política pedagógica.

As categorias discursivas contra o ESP estão relacionadas basicamente à relação professores e alunos e sobre o papel da educação na sociedade contemporânea. No geral, os discursos contrários ao projeto apontam que a iniciativa não compreende o processo educacional em toda a sua complexidade, pelo contrário, ignora as reais finalidades dele. O problema da educação brasileira tem raízes históricas, sociais, culturais e até econômicas. Quando tratamos dela somente pela perspectiva instrumental e funcionalista tendemos a simplificá-la

Sobre o direito de o professor se manifestar em sala de aula acerca de temas políticos, um dos comentadores da publicação do Senado no Facebook acerca do ESP fala:

Política está em tudo e em todos os aspectos, inclusive neste post, no meu comentário e nas suas opiniões! E alunos de colégio não são massa de manobra, hoje muito mais atentos e informados que na minha época! Sim à liberdade de opinião, de comentário, de ensino, de gênero, de religião (ou ausência).

Um outro comentador da postagem faz referência à LDB e argumenta:

“Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (BRASIL, Lei 9.394, 1996) Foi revogada e eu não sabia? Porque a partir do momento que dizem que a educação abrange tais processos formativos, como pensar nisso desvinculado da política?

Os dois comentários ilustram a discussão sobre o papel da educação dentro do âmbito da ESP, observando uma certa dicotomia entre ensinar e educar. Biesta (2012), ao refletir sobre os propósitos da educação, chama a atenção para a qualidade dos tipos de subjetivação que são tornados possíveis em razão de particulares arranjos e configurações educacionais. O autor argumenta que qualquer educação que mereça ser chamada assim deve sempre auxiliar nos processos de subjetivação, que possibilitem aos alunos a chance de se tornarem mais autônomos e independentes.

A educação, no entanto, não só contribui para a qualificação e socialização, mas também impacta o que podemos chamar de processos de individuação ou, como prefiro chamar, processo de subjetivação – de ser tornar sujeito. A função de subjetivação talvez possa ser mais entendida como oposta à função de socialização. Não se trata precisamente da inserção de “recém-chegados” às ordens existentes, mas das formas de ser que sugerem independência dessas ordens; formas de ser em que o indivíduo não é simplesmente um espécime de uma ordem mais abrangente (BIESTA, 2012, p. 818-819).

Como a educação poderia contribuir com os processos de subjetivação do estudante sendo limitada em suas dimensões? A partir dessa questão, é possível refletir acerca da práxis do professor enquanto mediador nesse processo de ensino-aprendizagem, como mostram as categorias discursivas 3, 4, 7, 8, 9, 10 e 12. Os defensores do ESP afirmam que muitos profissionais de educação realizam doutrinação ideológica e política nas salas de aula, extrapolando, dessa forma, sua liberdade de cátedra.

Segundo Felipe Penna, o ESP desconsidera o saber profissional dos professores, ao excluir dos princípios da educação a sua liberdade para ensinar e a pluralidade de concepções pedagógicas. “O professor não é mais um profissional da Educação, mas apenas um prestador de serviço, que, segundo a proposta, deve limitar-se à transmissão da matéria” (PENNA, 2016, p. 51).

Paulo Freire (2006) ressalta que a prática pedagógica não pode ser resumida à transmissão de conteúdos disciplinares e afirma que tão importante quanto esse imperativo pedagógico é o testemunho ético ao ensiná-los. Corroborando com esse pensamento, Moacir Gadotti argumenta que educar na sociedade é tarefa de partido, ou seja, “não educa realmente aquele que ignora o momento em que vive, aquele que pensa estar alheio ao conflito que o cerca. É “tarefa de partido” porque não é possível ao educador permanecer neutro” (2005, p. 75), isso é evidenciado na categoria discursiva 15 da tabela 2.

As categorias discursivas 1, 3, 9, 12 e 14 chamam a atenção para a questão da doutrinação ideológica e política, que, segundo os defensores do ESP, ocorre com bastante frequência nas salas de aula do Brasil. Por outro lado, os usuários que se manifestaram contra o projeto, conhecido também como “Lei da Mordança”, argumentam que educar dentro de uma perspectiva crítica não pode ser considerado doutrinação, como comenta alguns dos participantes do debate on-line acerca do ESP:

Mas dar opinião não é doutrinar. Posso dizer que sou contra o programa de governo "x" sem necessariamente te obrigar concordar comigo. Doutrinação ocorre quando eu não permito que vc discorde, que vc pense diferente. Que a minha opinião é a verdade é todo resto besteira. Que "eu sou o professor e sei o que estou falando". Isso é doutrinação. Opinião não (sic)

E o que pode ser considerado ou não opinião? Se o professor fala, por exemplo, dos males da forma que fomos colonizados não é opinar, é se amparar em dados. Isto serve igualmente para muitas outras temáticas que por mais que incomode um ou outro aluno não podem deixar de serem citados. Querer colocar mordança em professores é deixar campo aberto para proibir de que amanhã ou depois se proíba igualmente de falar em corrupção (sic)

Para Luis Miguel (2016), a fusão da denúncia de doutrinação marxista de inspiração gramsciana com a oposição à “ideologia de gênero” impulsionou o ESP, lhe conferindo capilaridade e um discurso de ressonância popular. Isso tem relação com o atual quadro de polarização política vivido no país, em que se “demoniza” a promoção do pensamento crítico em sala de aula por logo se associar ao suposto projeto de hegemonia da esquerda.

O ESP, segundo Miguel, ao reivindicar a neutralidade na educação, frustra justamente o objetivo pedagógico de produzir cidadãos reflexivos, respeitosos das



diferenças, acostumados ao debate e à dissensão, conscientes de seu papel na transformação do mundo social.

Algumas Considerações

Primeiramente, é preciso constatar que a publicação na página do Senado Federal sobre o ESP é reducionista ao propor a simples questão acerca dos professores poderem ou não “dar opinião sobre política na sala”. Observamos que a maioria dos comentários se propõe a responder essa pergunta. No entanto, só quem acessa a matéria, que acompanha a postagem, pode conhecer o objetivo principal do projeto Escola Sem Partido: criar medidas para impedir que professoras e professores expressem opiniões, consideradas impróprias, em sala de aula.

O embate “doutrinação” versus “senso crítico” domina o debate on-line desenvolvido na publicação do Senado acerca do ESP. A análise dos comentários mostra que o argumento favorável ao ESP se assemelha bastante aos argumentos do próprio senador Magno Malta, autor da propositura, que alerta para o discurso “doutrinador”, “partidário” ou “esquerdista” manifestado por diversos professores nas escolas públicas, enquanto que os contrários à lei acusam para uma tentativa de censura conduzida por grupos conservadores e pelo avanço do pensamento conservador no debate público brasileiro.

As categorias dos discursos a favor e contra o projeto ESP, propostas por este trabalho, trouxeram gestos de interpretação que circularam na interação entre leitores e autores quando interpelados a se posicionarem frente ao projeto de lei da ESP. Estes gestos de interpretação categorizados, confrontados e analisados, nos ajudaram a compreender alguns dos sentidos presentes no debate on-line desenvolvido na página do Senado no Facebook.

Por ser uma discussão em curso, os gestos de interpretação continuam a ser formulados e enunciados, permitindo outras análises. Confrontar esses diferentes sentidos é uma forma de demonstrar que as posições que os sujeitos ocupam no contexto e no discurso interferem em seus gestos de interpretação. No presente debate on-line acerca do ESP, algumas expressões indicam a posição dos sujeitos comentadores, que guardam relação com determinadas visões de mundo.



Os debates on-line estabelecidos nesses ambientes digitais (como o da página do Senado no Facebook), apesar de ocorrerem de forma informal e não terem efeito deliberativo, possuem potencial cívico a partir do momento em que auxiliam os cidadãos a discutirem questões de interesse coletivo, como o projeto Escola Sem Partido, elevando, em tese, sua capacidade de julgamento acerca das políticas públicas criadas pelos representantes eleitos:

[...] a conversação e a discussão pública são processos importantes não só para a produção e a reprodução dos significados na vida cotidiana, como também para a formação de cidadãos reflexivos e críticos, passíveis de ocuparem espaços no processo deliberativo ampliado (MAIA&MARQUES, 2008, p. 167).

Referências

BIESTA, Gert. **Boa educação na era da mensuração**. Cadernos de Pesquisa, v. 42, n. 147, p. 808-825, set.-dez. 2012.

BRASIL. Lei 9.394 de 20 de dezembro 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Acesso em 02/10/2016.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª a 4ª série): introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

DAHLGREN, Peter. **As culturas cívicas e a internet**: para uma contextualização da participação política. Media & Jornalismo, N. 18, V. 10, N. 1, 2011, p. 11–30.

EISENBERG, José. Democracia Digital. In: Giovanni, Geraldo di; Nogueira, Marco Aurélio (Org.). **Dicionário de Políticas Públicas**. V.2. São Paulo: Fundap/Imprensa Oficial. 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 34.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder**: introdução à pedagogia do conflito. 14. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, Wilson. **A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política**. Revista Fronteira (UNISINOS), São Leopoldo, v. 8, n.3, p. 214-222, 2005.



HJARVARD, S. Mídiação: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *Matrizes*, v. 5, n. 2, p. 53-91, jan.-jun. 2012.

MAIA, Rousiley Celi Moreira; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. **A conversação sobre temas políticos em contextos comunicativos do cotidiano**. *Política & Sociedade*, v. 7, p. 143-175, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. **Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”**. *Escolas Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro*. *Revista Direito&Práxis*. v. 8, n. 15, p. 590-621, 2016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto**, ano 14, n. 61, Janeiro, p.53-58, 1994.

_____. **Discurso e texto: Formação e circulação dos sentidos**. 3 ed. Campinas: Pontes, 2008.

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 5 ed. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PENNA, Fernando de Araujo. Programa “Escola Sem Partido”: uma ameaça à educação emancipadora. In: GABRIEL, Carmen Teresa; MONTEIRO, Ana Maria; MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim. **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.